



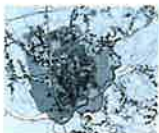
ESTARREJA
MUNICÍPIO

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ESTARREJA



2º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE ESTARREJA (PUCE) - EXECUÇÃO DO PUCE

DEZEMBRO /2015



ÍNDICE

	Pág.
1. NOTA INTRODUTÓRIA	4
2. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS (EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11º DO DL 32/2007).....	5
3. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS (EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11º DO DL 32/2007).....	8
4. CONCLUSÃO	15
ANEXOS.....	17
Quadro I - Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por fator de decisão.....	6
Quadro II - Medidas e recomendações de planeamento.....	7



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento constitui, o 2º Relatório de Monitorização e controle do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do Plano de Urbanização da Cidade de Estarreja (PUCE)¹, elaborado no âmbito do Decreto - Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho, que estabelece o Regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas, no ambiente, comumente designado de Regime de Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE)².

Com a presente análise dá-se cumprimento ao estipulado no n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011 de 04 de Maio de 2011, o qual estabelece que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental (nos termos do artigo 10º do DL 232/2007, de 15 de Junho), a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos”.

A importância e necessidade de monitorização da avaliação ambiental estratégica encontra-se também consagrada no diploma que procedeu à revisão do Regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), designadamente no disposto no n.º 2 do artigo 187º do Decreto - Lei N.º 80/2015 de 14 de maio, onde é referido que “ Nos programas e planos sujeitos a avaliação ambiental, deve ser garantida a avaliação dos efeitos significativos da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental.”

O 1º Relatório de avaliação e controle ambiental do PUCE, elaborado pela Câmara Municipal, foi aprovado em reunião ordinária de 09 de outubro de 2014 (deliberação n.º 224/2014), tendo sido subsequentemente disponibilizado na Página da Internet do município e remetido à Agência Portuguesa do Ambiente a 10 de outubro de 2014, dando cumprimento ao previsto no n.º3 do Art.º 11º (Avaliação e controlo) do RJAAE.

Este documento consubstancia, assim, o 2º output no âmbito de um modelo de avaliação ambiental, preocupado em acompanhar sistematicamente um conjunto de indicadores/medidas de um modo mais direto ou indireto, constante da Declaração Ambiental de forma a monitorizar-se os impactes sobre o ambiente do nível de execução dos objetivos e da concretização das ações propostas no PUCE em vigor no concelho de Estarreja e poderá suscitar a introdução de alterações/ melhoramentos que robusteçam as avaliações anuais que se lhe seguirão.

Face ao exposto cumpre agora submeter à consideração da Câmara Municipal de Estarreja, o 2.º Relatório de Monitorização e Controlo Ambiental do PUCE.

¹ O PUCE foi publicado através do Aviso n.º 19932/2010 em Diário da República da 2.ª série — N.º 196 — 8 de Outubro de 2010.

² Este diploma transpõe para a ordem jurídica nacional, as Diretivas n.º 2001/42/CE e n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, respetivamente de 27 de junho e 26 de maio.

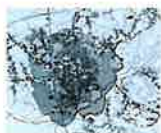


2. MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ARTIGO 11.º DO D.L. N.º 232/2007 (RJAAE)

A monitorização ambiental do PUCE, tem por base a recolha de informação periódica (periodicidade mínima anual) relativa a um conjunto de indicadores ambientais, constantes da Declaração Ambiental (resultante do Processo de Avaliação Ambiental Estratégico do PUCE), e que tiveram por base o Relatório dos Fatores Críticos de Decisão e as orientações das diversas entidades, com responsabilidades ambientais, consultadas e que permitirá seguir os impactes estratégicos, bem como assegurar o cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, decorrentes da execução do Plano de Urbanização.

O Quadro I (patente na Declaração Ambiental), respeita ao painel de indicadores definidos como pertinentes durante a elaboração da AAE e que visam assegurar as medidas e recomendações de planeamento, a desenvolver para a gestão, monitorização e avaliação, aquando da execução/implementação do PUCE - Quadro II- (patente na Declaração Ambiental).

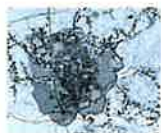
De acordo com os resultados da avaliação do 1º relatório de monitorização ambiental do PUCE e no âmbito da operacionalização do processo de monitorização, foi necessário adaptar a análise dos indicadores quantificáveis à natureza do próprio Plano, traduzindo o Quadro I, através das notas escritas (1)- não aplicável, (2)- aplicável parcialmente e (3) - indicador substituído, a conformidade com as alterações/fundamentações da anterior monitorização.



Quadro I – Critérios, objetivos de sustentabilidade e indicadores, por fator de decisão.

FCD	Critérios	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores
Recursos Naturais e Patrimoniais	Áreas de conexão de Áreas Classificadas	- Salvaguarda e promoção de corredores ecológicos que permitam a conexão entre Áreas Classificadas.	- Áreas Classificadas e outras áreas de valores naturais relevantes. - Áreas de REN e RAN. - Área afeta aos corredores verdes.
	Áreas húmidas fundamentais para espécies-alvo de orientações de gestão (PSRN2000)	- Conservação das aves aquáticas e passeriformes migradores, bem como de todas as espécies de aves de conservação obrigatória. - Manutenção e restauração da área húmida e do seu mosaico de habitats.	- Área com habitats húmidos onde ocorrem espécies-alvo de orientações de gestão. - Habitats afetados vs. recuperados (1).
	Paisagem e Património	- Garantir a integração de novos usos na paisagem. - Proteger, valorizar e requalificar a paisagem e os valores paisagísticos existentes. - Proteger e valorizar os valores patrimoniais construídos.	- Presença de valores paisagísticos. - Área artificializada vs. espaços verdes(1).. - Património protegido / valorizado.
Qualidade do Ambiente	Solo	- Evitar a contaminação dos solos e dos recursos hídricos. - Promover uma reduzida taxa de impermeabilização do solo. - Conter a expansão urbana e recuperar áreas degradadas.	- Taxa de impermeabilização do solo (1).. - Área de solo vulnerável à contaminação. - Área de solo urbano / solo rural.
	Qualidade do ar e Ruído	- Reduzir as emissões de poluentes atmosféricos, em particular os gases com efeito de estufa. - Garantir níveis de qualidade do ar que salvaguardem a saúde humana. - Assegurar níveis de ruído compatíveis com o zonamento acústico.	- Excedências de NOx, CO ₂ , PM10 e ozono. - População exposta a níveis de ruído superiores aos valores máximos admissíveis (1).
	Água	- Proteção do leito e margens dos cursos de água. - Garantir a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.	- Área de DH. - Variação do consumo de água. - Qualidade dos recursos hídricos. - Taxa de cobertura e adesão da rede de saneamento (2).
Qualidade de Vida	Equipamentos e infraestruturas	- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos coletivos. - Assegurar o sistema de abastecimento de água e o tratamento das águas residuais domésticas e industriais e dos resíduos. - Garantir boa cobertura de espaços verdes de utilização coletiva.	- Taxa de cobertura e de adesão à rede de infraestruturas (2). - Cobertura por equipamentos coletivos (3). - Capitação de espaços verdes.
	Mobilidade	- Eliminar congestionamentos de tráfego. - Reduzir a necessidade de efetuar viagens. - Assegurar as deslocações em meios de transporte alternativos.	- Volume de tráfego. - Repartição modal. - Cobertura da rede de transportes coletivos.
	Desenvolvimento Socioeconómico	- Melhorar a competitividade do território e das empresas. - Promover o emprego local.	- PIB per capita (1).. - Variação do número de empresas. - Taxa de desemprego.
Ordenamento do Território	Estrutura de usos dos planos territoriais	- Garantir a compatibilização com os usos do solo previstos nos planos em vigor e em revisão.	- Alterações ao zonamento.
	Condicionantes e Servidões	- Garantir a adequação às condicionantes e servidões atuais e previstas.	- Alterações às condicionantes.

(1) Não aplicável (Resultante do 1º Relatório de Monitorização)



(2) Aplicável parcialmente (Resultante do 1º Relatório de Monitorização)

(3) Indicador Substituído por "Taxa de Execução dos equipamentos propostos pelo PUCE"

Quadro II - Medidas e Recomendações de planeamento

RECURSOS NATURAIS E PATRIMONIAIS	
Áreas de conexão com Áreas Classificadas	<ul style="list-style-type: none"> - Nos espaços verdes urbanos utilizar espécies vegetais adaptadas às características da região, de preferência semelhantes às existentes nos espaços natural.
Áreas húmidas fundamentais para espécies alvo de orientações especiais (PSRN2000)	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de limpeza das margens do curso de água e dos canais de irrigação, de acordo com as orientações do PSRN2000. - Promover ações de erradicação de invasoras. - Definir alternativas para os usos artificiais existentes na área da ZPE, nomeadamente através do fornecimento de alternativas de localização.
Paisagem e património	<ul style="list-style-type: none"> - Manter os espaços verdes cuidados e criar espaços de lazer para a população. - Criar meios de apoio à conservação do património. - Rearranjar os espaços verdes da cidade, com particular relevância para o Esteiro de Estarreja.
QUALIDADE DO AMBIENTE	
Solo	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um programa de medidas de gestão para as práticas agrícolas de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo e da água subterrânea, com particular relevância para o uso de nitratos.
Água	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma política municipal dirigida à despoluição gradual das linhas de água do concelho, Incentivar o aumento da taxa de adesão às infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.
QUALIDADE de VIDA	
Equipamentos e infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir uma eficaz gestão dos resíduos produzidos no concelho face à expansão urbana prevista. - Manter os espaços verdes de forma cuidada. - Promover o rearranjo dos espaços verdes da cidade, com particular relevância para o Esteiro de Estarreja. - Garantir que os equipamentos apresentam uma localização adequada face à proveniência dos utentes a servir, minimizando as deslocações em transportes individuais.
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar circuito de transportes coletivos e ajustar os horários ao funcionamento das áreas industriais da envolvente. - Implementar rede de vias cicláveis na área do PUCE e entre esta e a envolvente.
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	
Estrutura de usos dos planos territoriais	<ul style="list-style-type: none"> - Articular e integrar atempadamente as propostas do PUCE na estrutura de usos promovida pela revisão do PDM, atualmente em curso.
Condicionantes e servidões	<ul style="list-style-type: none"> - Concretizar os processos de redelimitação da REN e RAN.

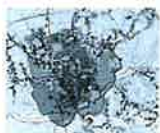


3.EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE CONTROLO PREVISTAS EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 11.º DO DL 232/2007

Cumpre agora apresentar o conjunto de valores apurados relativos aos indicadores passíveis de serem quantificados para o presente relatório, os quais, terão como referência em termos de análise comparativa, os valores de base apurados na monitorização ambiental da execução do Plano constante do 1º relatório apresentado, uma vez que, como já referido neste ultimo relatório, foi opção do avaliador ambiental e das entidades com responsabilidades específicas, na omissão da quantificação de base relativa aos indicadores selecionados (Declaração ambiental) bem como na ausência da definição das respetivas metas de sustentabilidade estratégicas (mensuráveis) a atingir.

O sistema de recolha, tratamento e análise de indicadores, que permita conhecer a situação da área da Cidade de Estarreja no que se refere ao Ambiente/Território, recorre, para além da informação de entidades externas, designadamente do Instituto Nacional de Estatística e de sites oficiais, à informação prestada pelas unidades orgânicas da Estrutura Municipal, de acordo com as especificidades particulares sobre os diferentes aspetos ambientais.

Os resultados da sistematização da informação relativa aos indicadores ambientais encontram-se no quadro seguinte e as avaliações sumárias quanto aos efeitos ambientais e aos objetivos pretendidos, encontram-se sob a forma de notas escritas quando a análise assim o justifique.



Quadro I – Critérios, indicadores, por fator de decisão.

FCD	Critérios	Indicadores	Valores de base apurados em 2014/Fonte	Valores de base apurados em 2015/Fonte
Recursos Naturais e Patrimoniais	Áreas de conexão de Áreas Classificadas	- Áreas Classificadas e outras áreas de valores naturais relevantes.	ZPE- 35ha Área Habitat Prioritário 910*- 2270 m ² Fonte: Setor de Inventariação e Gestão da Informação Geográfica (SIGIG) da Divisão de gestão Urbanística e Territorial (DGUT) da CME	ZPE- 35ha Área Habitat Prioritário 910*- 2270 m ² Fonte: Setor de Inventariação e Gestão da Informação Geográfica (SIGIG) da Divisão de gestão Urbanística e Territorial (DGUT) da CME
		- Áreas de REN e RAN.	REN- 64 ha ; RAN- 74ha (73,6) Fonte: SIGIG	REN- 64 ha ; RAN- 74ha (73,6) Fonte: SIGIG
		- Área afeta aos corredores verdes.	Estrutura Ecológica- 81,5 há Fonte: SIGIG	Estrutura Ecológica- 81,5 há Fonte: SIGIG
	Áreas húmidas fundamentais para espécies-alvo de orientações de gestão (PSRN2000)	- Área com habitats húmidos onde ocorrem espécies-alvo de orientações de gestão.	Área = Área ZPE= 35ha Fonte: SIGIG	Área = Área ZPE= 35ha Fonte: SIGIG
	Paisagem e Património (1)	- Presença de valores paisagísticos.	Cidade – Centro Tradicional, áreas de povoamento disperso e áreas de equipamentos; Ria de Aveiro-Baixo Vouga Lagunar; Rio Antuã; EN 109 e Linha CF Fonte: Relatório Ambiental	Manutenção dos elementos estruturantes da paisagem Fonte: Relatório Ambiental
		- Património protegido / valorizado.	- Elementos patrimoniais existentes: Cineteatro de Estarreja; Casa da Praça Francisco Barbosa; Imóveis e conjuntos de interesse local; valores históricos e Socioculturais	Manutenção dos elementos patrimoniais existentes Fonte: CME
Qualidade do Ambiente		- Área de solo vulnerável à contaminação. (2)	74 ha (área de RAN) Fonte: SIGIG	74 ha (área de RAN) Fonte: SIGIG



	Solo	- Área de solo urbano / solo rural.	Solo urbano- 193ha Solo Rural – 74ha Relação de 2,6 há Fonte: SIGIG	Solo urbano- 193ha Solo Rural – 74ha Relação de 2,6 há Para cada hectare de solo rural tem-se 2,6ha de solo urbano na área do PUCE. Fonte: SIGIG
	Qualidade do ar	- Excedências de NOx, CO ₂ , PM ₁₀ e ozono.	Valores (Anexo III) Fonte: Relatório da Qualidade do ar e Plano de Melhoria na Região Centro - 2013- Estação da Zona de Influência de Estarreja (3)	Valores (Anexo III) Manutenção dos dados apurados em 2014, uma vez que não foi elaborado novo Relatório da Qualidade do Ar na Região Centro (edição da CCDR-C, conclusão em Abril de 2014) Fonte: Relatório da Qualidade do ar e Plano de Melhoria na Região Centro - 2013- Estação da Zona de Influência de Estarreja (3)
	Água	- Área de Dominio Hídrico.	DH -17,2 ha Fonte: SIGIG	DH -17,2 ha Fonte: SIGIG
		- Variação do consumo de água.	2011/2012: - 0,118 m ³ 2012/2013: 0,0359m ³ (Anexo I - a) Fonte: ÁGUAS da Região de AVEIRO (AdRA)	2013/2014: 0,01455m ³ (Anexo I - a) Fonte: ÁGUAS da Região de AVEIRO (AdRA), 2013 e 2014- consumo de água faturada
- Qualidade dos recursos hídricos.		Qualidade águas subterraneas, Qualidade águas superficiais Fonte: Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH): Qualidade de águas subterraneas Estação da Qualidade 163/52; Estação da Qualidade 174/100, dados 2012; Qualidade de águas superficiais Estação 09F/05)Ponte Velha Antuã) e Estação 09F/01 (Mínhoiteira) dados de 2012; Informação do Setor de Serviços Urbanos e ambiente- Relatórios de monitorização das linhas de água (2012)	Anexo I - b) e c) (4) Fonte: Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (2014) – Dados Sintetizados ; Informação do Setor de Serviços Urbanos e ambiente	
	- Taxa de cobertura da rede de	Rede de Saneamento Tx Cobertura- 95%;	Rede de Saneamento Tx Cobertura- 95%;	



Qualidade de Vida	Equipamentos e infraestruturas	saneamento.	Fonte: Águas da Região de Aveiro (AdRA)	Fonte: Águas da Região de Aveiro (AdRA)
		- Taxa de cobertura da rede de infraestruturas.	<p>Rede de abastecimento de água: Tx Cobertura - 100%;</p> <p>Fonte: Águas da Região de Aveiro AdRA</p> <p>- Na área do PUCE existem 30 Eco pontos (12 Ecopontos MoloKs, 13 Ecopontos de superfície, 3 Ecobox e 2 vidrões). O Índice de reciclagem do concelho em 2013 era de 8,9%. (5)</p> <p>Fonte: Relatório 2013 da Ersuc/ Setor de Serviços urbanos e ambiente (SSUA) da Divisão de obras municipais e Ambiente da CME/SIGIG</p>	<p>Rede de abastecimento de água: Tx Cobertura - 100%;</p> <p>Fonte: Águas da Região de Aveiro AdRA</p> <p>Não foram fornecidos dados atualizados sobre o quantitativo de ecopontos na área do PUCE, pela subunidade de Higiene e Limpeza Pública da Divisão de Obras Municipais e Ambiente da CME</p>
		- Taxa de Execução dos equipamentos propostos	Anexo II Fonte: CME	Anexo II (6) Fonte: CME
	- Capitação de espaços verdes.	36,4 m ² /hab	36,4 m ² /hab(7)	
	Mobilidade	- Volume de tráfego.	<p>- Os principais pontos de acesso ao Concelho de Estarreja apresentam cargas de tráfego superiores a 700 uve/h (unidade de veículos ligeiros equivalente), em ambas as horas de ponta consideradas, destacando-se: EN 109 (junto à rotunda da Agra), com valores entre os 1500 uve/h na HPT; A rua Fernando Assis Pacheco (junto à rotunda com a Rua Conselheiro José Luciano de Castro), com valores entre os 1000 uve/h e os 1500 uve/h, tanto na Hora de Ponta da Manhã, como na Hora de Ponta da Tarde.</p> <p>Fonte: Contagens de tráfego Rodoviário (11), efetuados em 3 postos de contagem na área da Cidade no âmbito da Elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMT-RA)</p>	<p>Manutenção dos dados de referencia-Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes (PIMT-RA) e dos censos de 2011 (8)</p>



		<ul style="list-style-type: none"> - Repartição modal. - Cobertura da rede de transportes coletivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Repartição Modal: A Pé- 19,5%; Transporte automóvel (privado) – 67%; Transporte Publico Coletivo – 8%; Motociclo/Bicicleta -5,3%; outros- 0,2% Fonte: Censos 2011 - Cobertura da Rede de Transportes coletivos – A CP assegura, na área do PUCE, as Ligações Ferroviárias da Linha do Norte , serviço Urbano, Aveiro –Porto, com circulações com diferentes regimes de paragem ao longo da mesma linha e corresponde ao corredor com maior concentração da oferta e da procura; 12 carreiras com 90 circulações semanais em dias uteis; oferta diária média em dia útil (total de circulações diárias em dia útil/quantitativo de carreiras a circular no concelho) de 7,5 circulações diárias por carreira A oferta diária média em dia útil fora do período escolar, reduz significativamente (cerca de 21,3%), passando a cerca de 5,9 circulações por carreira. Fonte: Relatório Fase 1 do PIMT-RA (Pag 169, e 173), Relatório Síntese do PIMT-RA (Pag. 20) 	
	Desenvolvimento Socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> - Variação do número de empresas. - Taxa de desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> - 3 Empresas - Taxa desemprego; freguesia Beduido – 13,04% Fonte: Censos 2011 	<ul style="list-style-type: none"> - 3 Empresas. - taxa de desemprego para a Cidade - 13,35% (9) Fonte: Censos 2011
Ordenamento do Território	Estrutura de usos dos planos territoriais	<ul style="list-style-type: none"> - Alterações ao zonamento. 	<p>No âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal, foram efetuadas desafetações da RAN e delimitada uma nova REN, traduzindo-se em pequenos ajustes, ao zonamento promovendo a sua melhor articulação à organização espacial do território Municipal, conforme estratégia do PUCE. O PDME foi publicado na 2ª Serie do Diário da República - Nº 133 a 14 de Julho de 2014 e entrou em vigor no dia seguinte à sua</p>	<p>Previsão de alteração/Revisão do PUCE para 2016, no âmbito dos procedimentos de Dinâmica dos Instrumentos de Gestão Territorial, previsto no Art.º do DL 80/2015 de 14 de maio. (10)</p>



			publicação. Neste contexto, o PUCE será objeto de alteração por adaptação (previsto na alínea a) do n.º1 do artigo 97º do DL 46/2009 de 20 de Fevereiro-Regime Jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial).	
	Condicionantes e Servidões	- Alterações às condicionantes.	Foi efetuada a concretização dos processos de redelimitação da REN e RAN prevista nas Medidas e recomendações do DA no âmbito do Processo de Revisão do PDME, aprovado em sessão extraordinária da Assembleia Municipal a 30/05/2014. O PDME foi publicado na 2ª Serie do Diário da República - Nº 133 a 14 de Julho de 2014 e entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação. Neste contexto, será promovida a devida alteração por adaptação do PUCE (previsto na alínea a) do n.º1 do artigo 97º do DL 46/2009 de 20 de Fevereiro-Regime Jurídico dos instrumentos de Gestão Territorial).	Previsão de alteração/Revisão do PUCE para 2016, no âmbito dos procedimentos de Dinâmica dos Instrumentos de Gestão Territorial, previsto no Art.º do DL 80/2015 de 14 de maio. (10)

(1)- o cineteatro, Imóvel classificado de interesse público (DL 67/87, de 31 de Dezembro), local de encontro, de oferta cultural diversificada, de aprendizagem, de discussão e de apoio aos eventos e artistas. Os restantes elementos patrimoniais estão salvaguardados pelo PUCE, que os classifica como espaço Residencial, núcleo antigo a preservar. No âmbito das medidas e recomendações de planeamento (quadro II) , constante do DA, no critério "Paisagem e Património", é referido : "Criar meios de apoio à conservação do património; Rearranjar os espaços verdes da cidade, com particular relevância para o Esteiro de Estarreja". Neste contexto importa salientar:

- As obras de recuperação da frente lagunar de Estarreja, pela Polis da Ria, com particular destaque na área do PUCE, as obras efetuadas no Esteiro de Estarreja , a reconstrução e alteamento dos muros existentes, obras importantes para a minimização do risco de cheias, em defesa de pessoas e bens, e para a valorização e qualificação da Ria de Aveiro.

- Sob proposta da Câmara Municipal de Estarreja (CME) - deliberação nº200/2015, na sua reunião ordinária de 09 de julho de 2015, a Assembleia Municipal em sessão ordinária realizada em 30 de setembro de 2015, deliberou por maioria, aprovar a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro de Cidade de Estarreja, tendo sido publicado o aviso (nº 11999/2015) da ARU no DR, 2ª Serie, Nº 204 de 19 de outubro de 2015. Com efeito, a aposta na *reabilitação urbana e revitalização do tecido urbano existente* continua a ser um dos grandes eixos estratégicos da política de desenvolvimento municipal (vertido nas Grandes Opções do Plano e Orçamento - GOP/2015, pp. 15), e nesse sentido a Edilidade assumiu como premente a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), para a Cidade de Estarreja, que permita contribuir para a recuperação do parque edificado, para a revitalização do comércio tradicional, para a implementação de novas dinâmicas sociais promotoras do emprego e de novas atividades económicas, e ainda, para a instalação de equipamentos sociais-culturais e para a revitalização económica e do tecido urbano.

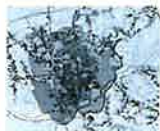
(2) - As fontes potenciais de contaminação do solo, patentes no Relatório ambiental carecem de estudos para o efeito. Paralelamente, não foi criteriosamente justificada e contabilizada a área de solo vulnerável à contaminação- valor base para a monitorização. Nesse sentido, optou-se pela área da RAN, uma vez que integra na sua quase totalidade, outras áreas sensíveis e outros ecossistemas que carecem de proteção (áreas de infiltração máxima, área do Baixo Vouga lagunar, ZPE, etc.). Como nota de esclarecimento, na Pág. 39 do relatório ambiental é feita uma referência errada à descarga no esteiro de Estarreja, de águas residuais tratadas no complexo industrial. Com efeito, "as principais empresas do complexo industrial estão desde 2009, ligadas ao sistema de saneamento municipal, sendo apenas encaminhadas para o esteiro de Estarreja, águas pluviais" (Setor de serviços urbanos e ambiente, da Câmara Municipal de Estarreja).

(3)- Estação tipo industrial, localizada a sul do complexo industrial de Estarreja - Zona de influência de Estarreja, agora designada Zona Litoral Noroeste do Baixo Vouga. "Cumprimento dos valores Limite dos poluentes NO2,NO, NOx, no que se refere à proteção humana e não se registaram excedências ao limiar de Alerta e não foi ultrapassado o valor limite do nível crítico para a proteção da vegetação. Quanto ao Poluente Ozono (O3), relativamente à proteção da saúde humana, registou-se uma ultrapassagem ao valor limiar de Alerta à população e 10 excedências ao valor limiar de informação ao público. O Parâmetro estatístico do poluente Ozono para a proteção da vegetação não foi monitorizado. Quanto aos parâmetros estatísticos relativos a partículas em suspensão (PM10) não foi ultrapassado o valor limite para a proteção da saúde humana. A estação de Teixugueira no ano 2013, não atingiu, para o parâmetro estatístico, dióxido de enxofre (SO2) a taxa de eficiência de recolha de dados estabelecida legalmente, donde os valores são considerados sem eficiência. O Poluente Co2, não foi monitorizado" (Relatório de Avaliação e controle Ambiental do PUCE, 2014) . As Medidas de Minimização/ações complementares:

- Implementação do observatório da Mobilidade previsto no Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes e da Região de Aveiro (PIMTRA) já aprovado; - Ponte pedonal/Ciclável do parque municipal Antuã;

-Medidas de acalmia de trafego tais como, plataformas sobrelevadas, Trânsito condicionado a determinadas ruas; sentidos únicos, Cicloria, ligação Estarreja-Ovar; Ações de sensibilização para a utilização de modos suaves de deslocação;

- PDM de Estarreja com plena eficácia em 14/07/2014: Criadas condições efetivas para a eventual deslocalização da empresa de Transportes J. Amaral;



- Plano Municipal de Redução de Ruído para o Concelho de Estarreja aprovado e em vigor.

(4)- A qualidade da água verificada na estação (09F/05), durante o ano de 2013 é consideravelmente melhor que no ano 2012 apresentando uma classificação geral de razoável.

(5)- A gestão e exploração da área geográfica do sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Urbanos do Litoral do Centro, o qual abrange 36 Municípios, entre os quais, Estarreja, servindo uma população de 1 milhão de habitante, está a cargo da ERSUC- Empresa de Resíduos Sólidos do Centro, SA. "A empresa procura adotar soluções de tratamento e Valorização dos resíduos urbanos produzidos no Litoral Centro, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região e do País e para a maximização do bem-estar humano, através da criação de valor". A taxa de execução de 100% da rede de água é já um valor constante do Relatório Ambiental (pag. 51), dados de 2010.

O sistema Multimunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Urbanos Relativamente à sua localização, encontram-se uniformemente distribuídos por toda a área do PUCE-Cidade. A recolha seletiva é inteiramente da responsabilidade da ERSUC. A Recolha de Resíduos sólidos Urbanos indiferenciados é da Responsabilidade da Empresa Lusaágua. De acordo com a recomendação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU), 1Ecoponto/500 hab. Os valores apurados no 1º relatório registavam a existência de 30 ecopontos, valor que à data superava largamente as recomendações de boas práticas.

Não foram fornecidos dados atualizados (até à data do presente relatório) sobre o quantitativo de ecopontos na área do PUCE, pela subunidade de Higiene e Limpeza Pública da Divisão de Obras Municipais e Ambiente da CME.

As necessidades de recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e industriais são asseguradas pela SIMIRIA (Saneamento integrado dos Municípios da Ria, SA), através do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro, no qual Estarreja se insere.

(6)- Repensar e reequacionar os equipamentos programados no PU em vigor e que até à data não foram edificados. Alguma ineficácia do PUCE face à dinâmica territorial e conjuntura socioeconómica atual, levando à necessidade de se proceder a algumas alterações de zonamento em articulação com intervenções e iniciativas estratégicas no domínio dos equipamentos.

(7)- Área total de espaços verdes/total de população residente. O valor da População residente na área do PUCE é aproximadamente (excesso) de 5133 habitantes e corresponde ao cálculo da população por subseções de acordo com o censo de 2011. O espaço verde compreende a área parque verde urbano+ área verde (18,7ha).

(8)- Com a conclusão do estudo/projeto de beneficiação e requalificação da EN 109, da responsabilidade da EP- Estradas de Portugal, E.P.E., a CME procede atualmente à sua análise de forma a contribuir para a articulação de soluções técnicas (através da Comissão Municipal de Trânsito) ajustadas às reais zonas de conflito, atendendo à tradicional importância desta via, reforçada desde 2010, após ter passado a suportar também a transferência de tráfego do IC1/A29 (Ex-scut), decorrente da introdução de portagens nas Ex-Scuts.

Com a conclusão do PIMT-RA, iniciou-se em 2015 a primeira fase da sua implementação, através da operacionalização do Observatório da Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (estrutura criada na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro). "O Observatório da Mobilidade é uma estrutura que recolhe e analisa a informação sobre as principais dinâmicas de mobilidade e acessibilidade (inputs) e permite a disseminação da informação resultante junto aos principais stakeholders e ao público em geral, permitindo avaliar, de modo quantitativo, os principais impactos do setor dos transportes e o nível de sucesso das medidas e ações que vão sendo implementadas ao longo do tempo". Tem ainda como principais objetivos: Retratar os padrões de mobilidade e a evolução do sistema de transportes na Região de Aveiro e em cada um dos concelhos que a constituem; Ser um espaço de concentração de informação relevante que sirva de base, ao desenvolvimento dos documentos estratégicos e estudos mais aprofundados; ao apoio à decisão e gestão das atividades a desenvolver pela CIRA na área da Mobilidade e Transportes; ao apoio na consolidação do processo de conhecimento das redes de transporte coletivo regular (essencial no contexto do processo de transferência das competências de concessão para as Comunidades Intermunicipais), ao processo de monitorização da execução das ações preconizadas no âmbito do PIMT-RA e dos planos que venham a ser desenvolvidos relativamente a esta área temática.

No âmbito do programa de intervenções definido no PIMTRA, a Câmara Municipal de Estarreja encetou em parceria com a CP -Intermodalidade do Porto, uma ação de incentivo e sensibilização à promoção do uso dos transportes públicos. O Objetivo é a distribuição de um documento promocional dos transportes públicos (Rodoviária-Autocarros+ CP), com informação sistematizada dos diferentes horários disponíveis e tempos de espera.

(9)- valor apurado para a Cidade estatística -Censos de 2011.

(10)- Deu-se prossecução à medida e recomendação constante da DA "Articular e integrar atempadamente as propostas do PUCE na estrutura de usos promovida pela revisão do PDM, atualmente em curso". Integrou-se as propostas previstas no PUCE e não concretizadas no âmbito deste Plano. Urgência em se adaptar este Instrumento de planeamento territorial (IGT) com a legislação atual (DL 80/2015 de 14 de maio) e com as orientações de instrumentos de gestão territorial (IGT's) de natureza superior, nomeadamente do PDM.



4. CONCLUSÃO

Este documento, assumindo como base os valores apurados na primeira avaliação e controle ambiental, traduz-se, no cômputo geral, em pequenas alterações (ainda não significativas) mas que de alguma forma permitem assegurar com algum grau de confiança, que a avaliação/monitorização ambiental efetuada ao PUCE, revela a não evidência de transformações inerentes ao uso do solo decorrente do modelo de ordenamento proposto, que tivessem tido como consequência efeitos negativos no território, para além dos previstos em sede de avaliação ambiental. Conclusão aliás, retida igualmente no 1º relatório de avaliação elaborado.

Tal constatação, assenta, não só nos valores apurados, como também, no fato de se reportar apenas ao período temporal de um ano, desde a primeira monitorização, constituindo um intervalo de tempo ainda curto para que dinâmicas significativas tenham reflexo na execução do PUCE. Paralelamente, verifica-se a manutenção dos constrangimentos à avaliação/monitorização, definida na Declaração Ambiental (DA), já anteriormente elencados, de que se salienta entre outros, a dificuldade e ausência de alguns dados atualizados (lacuna de informação), o período ainda recente de execução do Plano (5 anos de vigência do PUCE), sobre um território já por si extremamente consolidado e a indefinição de metas, por opção do avaliador ambiental, para cada um dos indicadores.

Com esta segunda fase do processo de monitorização e controle, tentou-se apresentar através de um conjunto de notas escritas, uma pequena avaliação sumária de cada um dos valores apurados relativamente aos critérios, objetivos e indicadores definidos.

Assim, percorrendo genericamente os diversos domínios ambientais constantes da DA, constata - se que as ligeiras alterações verificadas na área do PUCE, incidem nos critérios:

- Da Mobilidade e dos Equipamentos relativos ao fator crítico de decisão “Qualidade de Vida”, com tradução territorial, designadamente, na conclusão da obra de requalificação e ordenamento de um espaço intersticial da Cidade, através da criação de um novo parque de estacionamento e espaços públicos adjacentes adaptados à mobilidade pedonal, no encetar de trabalhos na área de incentivo e sensibilização à promoção do uso dos transportes públicos e na reconversão/adaptação estrutural e funcional de determinados edifícios em equipamentos desportivos, culturais e/ou educacionais;
- Da Paisagem e Património relativo ao fator crítico de decisão “Recursos Naturais e Patrimoniais”, potenciando-se a criação de meios de apoio à conservação do património, através da promoção de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) para a Cidade de Estarreja, que permita contribuir para o reforço da relação da cidade com a zona ribeirinha, para a recuperação do parque edificado, para a revitalização do comércio tradicional, para a implementação de novas dinâmicas sociais promotoras do emprego, para a instalação de equipamentos sociais-culturais e para a revitalização do tecido urbano.



- Da qualidade da água superficial, relativo ao fator crítico de decisão “Qualidade do Ambiente”, tendo-se verificado que a qualidade da água superficial (estação – Estarreja 09F/05), durante o ano de 2013, é consideravelmente melhor que no ano 2012 apresentando uma classificação geral de “razoável” indo de encontro às medidas e recomendações de planeamento “Desenvolver uma política municipal dirigida à despoluição gradual das linhas de água do concelho”.

Impõe-se deixar como nota final, que se encontra em equação o processo de adaptação/revisão do PUCE, que terá, entre outros como “termos de referência e oportunidade” para a sua concretização:

- Adequação e articulação com os desenvolvimentos e dinâmicas entretanto suscitadas na Cidade, como forma de se contrariar alguma entropia ao cabal crescimento de Estarreja, cidade que se quer moderna e aprazível para viver, trabalhar e visitar;
- Adequação e articulação da Planta de Zonamento e de Condicionantes aos processos de desafetações e exclusões de áreas, respetivamente, da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) que ocorreram no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Estarreja (RPDM), Plano plenamente eficaz com a sua publicação em DR 2ª Série Nº133 de 14 de Julho de 2014.
- Adequação do Plano às terminologias e definições à luz da legislação atual (salientando-se a Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (LBPPSOTU) e preconiza um «novo modelo de desenvolvimento territorial e o Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio que estabelece o novo regime jurídico de instrumentos de gestão territorial - RJGT).
- Adequação do Zonamento a uma reprogramação dos equipamentos no PUCE em vigor e que até à data não foram edificados;



ANEXOS



Anexo I

-a) Variação do consumo de água

Freguesia Beduído	2011	2012	2013	2014	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Consumo de água	199.111m ³	175.463m ³	181.777m ³	184.423m ³	-0,118 m ³	0,0359m ³	0,01455m ³

- b) Qualidade das águas superficiais

“No concelho de Estarreja existem duas estações de monitorização da qualidade da água superficial da responsabilidade da APA.

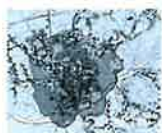
Estas estações encontram-se relativamente distantes uma da outra, sendo a da Minhoteira (09F/01) a estação localizada mais a nascente da principal linha de água – Rio Antuã, no limite do concelho de Estarreja com o concelho de Oliveira de Azeméis e a segunda no centro da Cidade de Estarreja (09F/05), muito próximo da área do PUCE.

Em 2013 apenas foi efetuada monitorização da qualidade da água superficial na estação – Estarreja 09F/05.

A qualidade da água verificada na estação (09F/05), durante o ano de 2013 é consideravelmente melhor que no ano 2012 apresentando uma classificação geral de razoável. Dos 10 parâmetros monitorizados é de referir que 5 deles apresentaram nas quatro amostragens efetuadas durante o ano classificação excelente. A classificação de razoável surge em três parâmetros, numa única amostragem, em julho de 2013 nos parâmetros fosfatos, fósforo e nitratos, todos eles relacionados com a atividade agrícola.

Estes resultados surgem no mês onde ocorre adubação (muitas vezes com adubos fosfatados) dos terrenos, junto da referida linha de água e que poderá ser esta a causa destes resultados.

A classificação de razoável significa que são águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória, apta para recreio sem contacto direto” (Setor de serviços urbanos e ambiente).



Ponto 09F/05 - Ponte Velha Ano 2013

Parâmetro	Classificação				
	Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito má
Azoto amoniacal	X				
CBO	X				
CQO		X			
Condutividade	X				
Fosfatos P205			X		
Fósforo			X		
Nitratos			X		
Oxigénio dissolvido (sat)			X		
Sólidos Suspensos totais	X				
pH	X				

Fonte: Setor de serviços urbanos e ambiente

- c) Qualidade das águas subterrâneas

Fonte: Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos – Dados Sintetizados (2014) – Águas Subterrâneas, Estação 163/52 (Beduído) e estação 174/100 (Canelas) - Estações de referência no Relatório Ambiental

Parâmetros Qualidade das águas destinadas à Rega Agricultura (DL 236/98 1 de Agosto)	Valores de 2014 SNIRH- Qualidade águas subterrâneas- Estação 163/52 (furo vertical, Beduído, Pova de Cima)	Valores de 2014 SNIRH- Qualidade águas subterrâneas- Estação 174/100 (Poço Canelas- Cemitério novo)	Valores Máximo Recomendado(VMR)/Valor Máximo Admissível(VMA) Anexo XVI DL 236/98 de 1 de Agosto
Nitratos (NO ₃)	-	25-30mg/l (medição Abr.); < 0,5mg (medição entre Out e Nov.)	50mg/l
PH	-	6-7 (medição Abr.) e <8 (medição entre out e Nov.)	6,5-8,4/4,5-9,0(Escala de Sorensen)
Cloretos	-	-	70mg/l/o
Parâmetros Qualidade das águas destinadas ao Consumo Humano (DL 236/98 1 de Agosto)			Valores Máximo Recomendado(VMR)/Valor Máximo Admissível(VMA) Anexo I DL 236/98 de 1 de Agosto
Condutividade	2500 - 3000 uS/cm	-	2500uS/cm a 20°C
Nitratos (NO ₃)	2,0mg/l(Dez.)	-	A1 - 25 VMR; A2 - 50mg/l VMA; A3 - 50mg/l VMA
Cloretos	-	-	200mg/l
Azoto amoniacal (NH ₄)	5mg/l (Medição Abr.); <15mg/l (medição Nov.)	-	A1 - 0,05mg/l VMR; A2 - 1,00mg/l VMR e 1,5mg/l VMA; A3 -2,00mg/l VMR e 4,00mg/l VMA
PH	< 10(medição Abr.); =10 ((medição entre out e Nov.)	-	6-6-8,5 VMR- A1 (1) 5,5 -9 VMR -A2(1) 5,5-9,0VMR - A3 (1) (Escala de Sorensen)
Outros Parâmetros			
Temperatura	15-20°C (Nov.)	15-18°C (Out-Nov.)	

(1)- Classificação/avaliação da água para consumo humano de acordo com as normas fixadas no Anexo I do DL 236/98 de 1 de Agosto e que correspondem esquemas de tratamento distintos, definidos no Anexo II do mesmo Diploma (A1 - tratamento físico e desinfecção; A2- tratamento físico e químico e desinfecção e A3 -tratamento físico, químico de afinação e desinfecção).

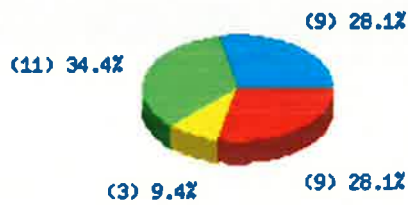


c.1- Águas Subterrâneas-Classificação anual, com base na qualidade da água
Estação 163/52 (Furo vertical, Beduído, Povia de Cima)

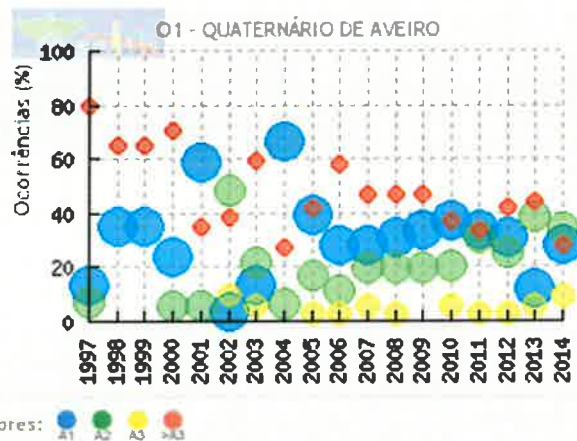
REFERÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO	PARÂMETROS RESPONSÁVEIS PELA CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA (2014)
153/7	>A3	pH
163/114	A1	
163/115	A3	Azoto amoniacal
163/116	A2	Azoto amoniacal
163/117	>A3	Nitratos
163/118	A1	
163/121	>A3	Nitratos
163/52	>A3	Azoto amoniacal, Condutividade e pH
163/9	A2	Azoto amoniacal

ESTATÍSTICA 2014

O1 - QUATERNÁRIO DE AVEIRO (2014)

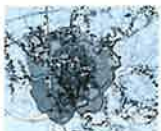


EVOLUÇÃO 1997-2014



A Classificação da Qualidade da Água Subterrânea é efectuada de acordo com o Anexo I do DL 236/98 de 1 de Agosto, baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR.

(c) SNIRH 2005-2015 <http://snirh.pt>

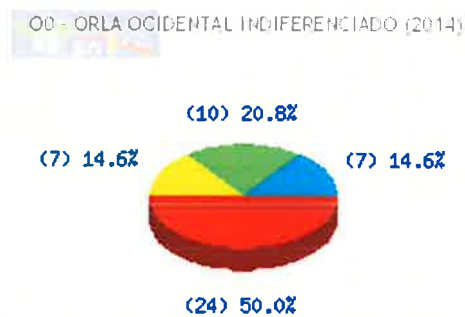


c.2 - Águas Subterrâneas-Classificação anual, com base na qualidade da água

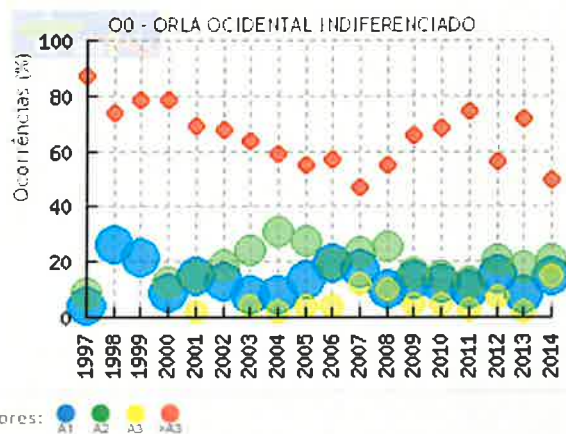
Estação Estação 174/100 (Poço Canelas)

REFERÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO	PARÂMETROS RESPONSÁVEIS PELA CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA (2014)
174/100	A2	Azoto amoniacal
174/102	A3	Azoto amoniacal
174/104	A2	Azoto amoniacal e pH

ESTATÍSTICA 2014



EVOLUÇÃO 1997-2014



Legenda de cores: A1 A2 A3 A4

A Classificação da Qualidade da Água Subterrânea é efectuada de acordo com o Anexo I do DL 236/98 de 1 de Agosto, baseia-se nos parâmetros analíticos determinados pelo programa de monitorização de vigilância operada pela CCDR.

http://snirh.pt/snirh_dadosintese/agsub/classificacao_sa/site/sa_classif2.php?id=00

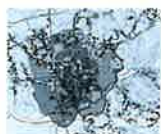
3/4

Fonte: Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos – Dados Sintetizados (2014)– Águas Subterrâneas, Estação 163/52 (Beduído)e estação 174/100 (Canelas)- Estações de referencia no Relatório Ambiental



Anexo II

Equipamentos/Serviços		Quantidade	Equipamentos previstos	Taxa de Execução (%) 2014	Taxa de Execução (%) 2015
Administrativos	Câmara Municipal	1			
	Junta de Freguesia da União das Freguesias de Beduído e Veiros	1			
	Tribunal da comarca do Baixo Vouga, desdobrado no Juízo de Família e Menores com sede em Estarreja, 2 Juízos de competência especializada: Juízo de instância criminal de Estarreja e Juízo de Média e pequena instância Cível de Estarreja	1(4)			
	Estação de Correios de Estarreja-CTT	1	-		
	Repartição de Finanças	1	-		
	Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial/Automóvel (7)	1	-		
	Cartório Notarial	1			
	Segurança Social	1			
	Incubadora de empresas de Estarreja (9)		X	100%	100%
	Comerciais	Mercado Municipal	1		
Recinto da Feira		1			
Superfícies comerciais		3 (LI, Pingo Doce e Intermarchè)	-		
Culto	Igrejas e Capelas: Capela de Santo António (Praça Francisco Barbosa); Igreja Matriz de Estarreja, Cemitério e Capela Mortuária	3			
Cultura e Recreio	Pavilhão Multiusos (8)	1	X	100%	100%
	Cine Teatro	1	-		
	Biblioteca Municipal de Estarreja(6)	1			
	Casa Municipal da Cultura	1	-		
	Casa Museu Marieta Solheiro Madureira	1	-		
Desporto	Complexo de Desporto e Lazer de Estarreja (Piscinas Municipais, court ténis, ginástica entre outras valências)	1 (2)	X	100%	100%
	Pavilhão Gimnodesportivo de Estarreja	1			
	Instalações do Clube Desportivo de Estarreja (CDE)	1			
Educação (3)	Expansão Escola Secundária de Estarreja (5)	1	X	-	-
	Escola EB2,3 Padre Donaciano Abreu Freire(5)	1	X	100%	100%



	Centro Social da Teixugueira - Santa Casa da Misericórdia de Estarreja (Creche/ATL)	1			
	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Estarreja (CERCIESTA)- Deslocação das suas instalações para a antiga EB1 do Agro.	1 (10)	X	-	100% (11)
Saúde (1)	Centro de Saúde de Estarreja - Unidade de Saúde Familiar (USF) Terras do Antuã; Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Estarreja I (área de influencia, Beduído e Veiros)	1	X	100%	100%
	Centro Hospitalar (12)	1	X	-	-
Prevenção e Segurança Pública	Guarda Nacional Republicana – Posto territorial de Estarreja	1			
	Quartel dos Bombeiros Voluntários de Estarreja	1			
Infraestrutura Ferroviária	Estação de Caminho-de-ferro	1			
Infraestrutura de Estacionamento	Parque de Estacionamento – Quarteirão Norte	1	X	15%	100%

(1)- As valências existentes no Hospital Visconde de Salreu, transitaram para o centro de saúde de Estarreja. Serviço Nacional de Saúde/ Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga.

(2) À data da conclusão do PUCE, existiam outras piscinas municipais. As piscinas Municipais transitaram para o Complexo de Desporto e Lazer de Estarreja, previsto no PUCE.

(3) Na envolvente próxima à área Plano, existem duas Escolas do 1º Ciclo e Pré escolar (Santo Amaro e Povia de Cima) e ainda a Associação Jardins-Escolas João de Deus e a Santa Casa de misericórdia de Estarreja (com as seguintes valências Creche, Pré-Escolar, A.T.L, Centro de Dia, Lar de Idosos, Apoio Domiciliário e Atendimento/Acompanhamento Social)

(4) Área territorial Jufzo de Família e Menores: Municípios de Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa, Ovar e Sever de Vouga; Área Territorial das restantes Instancias: Estarreja e Murtosa.

(5)Agrupamento de Escolas de Estarreja

(6) A Biblioteca Municipal funciona desde Outubro de 2004 na casa apalaçada do “final do século” (Séc. XIX - XX), recuperada para o efeito. Encontra-se localizada em pleno centro da Cidade.

(7) Serviços de registo desconcentrados do Instituto dos Registos e do Notariado , IRN,I.P

(8) Resultante da desativação da piscina municipal e consequente reconversão da estrutura edificada. Nesse sentido o pavilhão encontra-se em lugar distinto do previsto no PUCE (equipamento proposto a sul do LIDL)

(9) Resultante de projeto de beneficiação de uma área da antiga Escola Padre Donaciano, para promover a sua adaptação às necessidades funcionais de instalação de Incubados. A Incubadora de Empresas tem 7 salas de incubação com área média de 25m2. Cada sala tem material diverso disponível assim como acesso a linha telefónica e internet.

(10) e (11)- Proposto pelo plano a deslocação das suas instalações para a Escola Básica do 1º Ciclo do Agro, aquando da sua desativação; A EB1 do Agro foi desativada e o seu funcionamento transitou para EB2,3 Padre Donaciano. Presentemente as instalações da CERCIESTA já transitaram para o edifício devoluto.

(12) Centro Hospital previsto como equipamento de saúde, junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Estarreja. Não concretizado.



Anexo III

Fonte: Relatório de Qualidade do ar na Região Centro, CCDRC, 2013.

Quadro 5.1 – Parâmetros estatísticos relativos ao dióxido de enxofre (SO₂)

Zona/ Aglomerado	Concelho/ Estação	Eficiência de dados (%)			Máximo (µg/m ³)		P50 µg/m ³	P98 µg/m ³	Média anual* (µg/m ³)	Valores Limite para a Proteção da Saúde Humana		Valor Limiar de Aeris	Nível Crítico para a Proteção da Vegetação	
		H	D	F. Inv. (1)	H	D				n.º casos > 350µg/m ³ * (Máx=24hrs)	n.º casos > 125µg/m ³ ** (Máx=24hrs)		Média ano civil* (21µg/m ³)	Média Período Inverno* (21µg/m ³)
Aglomerado de Coimbra	Coimbra/ Inst. Geofísico	98	92	-	57	6	0	4	1	0	0	0	1	-
	Coimbra/ Av. F. Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aglomerado de Aveiro/Ihavo	Aveiro/ Escola Sec. J. Estúvão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ihavo/ Escola EB2,3 Ihavo	99	99	-	19	6	0	6	1	0	0	0	1	-
Zona Centro Interior	Vouzela/ FomeleMonte	97	98	90	57	16	2	11	3	0	0	0	2	3
	Fundão/ Salgueiro	100	100	100	5	3	0	2	0	0	0	0	0	0
Zona Centro Litoral	Leiria/ Ervedeira	84	84	99	123	40	1	52	7	0	0	0	7	7
	Monção/ o-Velho	83	82	99	35	7	0	9	1	0	0	0	1	1
Zona Litoral Noroeste do Baixo Vouga	Estarreja/ Teinugueira	69	69	-	152	26	1	36	5	0	0	0	5	-

(1) Período Inverno - 1 de Outubro de 2013 a 31 de Março de 2014

* Médias horárias

** Médias diárias

(-) Parâmetro não monitorizado



Óxidos de Azoto (NO_x)

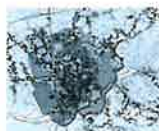
Quadro 5.4 – Parâmetros estatísticos relativos a óxidos de azoto (NO_x)

Zona/ Aglomerado	Concelho/ Estação	Eficiência dados (%)		Máximo* (µg/m ³)	Média anual* (µg/m ³)	P50 (µg/m ³)	P98 (µg/m ³)	Nível Crítico para a Proteção da Vegetação	
		II	P. Inv. (I)					Média ano civil* (µg/m ³)	Média Período Inverno* (µg/m ³)
Aglomerado de Coimbra	Coimbra/ Inst. Geofísico	97	-	293	17	11	72	-	-
	Coimbra/ Av. E. Magalhães	96	-	574	56	42	198	-	-
Aglomerado de Aveiro/Ihavo	Aveiro/ Escola Sec. J. Estêvão	92	-	656	28	19	120	-	-
	Ihavo/ Escola EB2,3	99	-	119	6	3	35	-	-
Zona Centro Interior	Vouzela/ Forno Monte	54	97	195	4	2	18	4	2
	Fundão/ Salgueiro	97	100	35	4	3	13	4	2
Zona Centro Litoral	Leiria/ Ervedeira	84	82	36	6	6	16	6	6
	Montemor-o-Velho	48	46	66	7	5	22	7	7
Zona Litoral Nordeste do Baixo Vouga	Estarreja/ Teixugueira	98	-	273	29	16	114	-	-

♦ Médias horárias

(I) Período Inverno - 1 de Outubro de 2013 a 31 de Março de 2014

Nota: os parâmetros estatísticos assinalados a vermelho dispõem de uma taxa de eficiência de recolha de dados inferior ao legislado (< 85%)



Quadro 5.5 – Parâmetros estatísticos relativos ao ozono (O₃) (base horária)

Zona/ Aglomeração	Concelho/ Estação	Efic. dados (%)	Dados válidos (n°)	Max. (µg/m ³)	Média anual (µg/m ³)	P50 (µg/m ³)	P98 (µg/m ³)	P99,9 (µg/m ³)	Valores Limitares para a Protecção da Saúde Humana		
									Informação (n°casos >180µg/m ³)	Alerta (n°casos >240µg/m ³)	Alerta* (n°casos >240µg/m ³)
Aglomeração de Coimbra	Coimbra/ Inst. Geofísico	100	8737	217	54	54	117	159	3	0	0
	Coimbra/ Av. F. Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aglomeração de Aveiro/Ilhavo	Aveiro/ Escola Sec. J. Estêvão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ilhavo/ Escola EB2,3	100	8730	199	53	55	113	162	2	0	0
Zona Centro Interior	Vouzela/ Forno Monte	98	8581	195	78	75	137	178	8	0	0
	Fundão/ Salgueiro	100	8754	160	68	69	123	144	0	0	0
Zona Centro Litoral	Leiria/ Ervedeira	90	7858	179	61	62	123	157	0	0	0
	Montemor-o-Velho	92	8060	208	78	77	141	175	5	0	0
Zona Litoral Noroeste do Baixo Vouga	Estarreja/ Teixugueira	100	8737	249	49	49	124	188	10	1	0

* Três horas consecutivas
(-) Parâmetro não monitorizado
■ Casos de excedência

Quadro 5.11 – Parâmetros estatísticos relativos a partículas em suspensão (PM₁₀)

Zona/ Aglomeração	Concelho/ Estação	Eficácia dados (%)		Máximo (µg/m ³)		Média anual* (µg/m ³)	p50+ (µg/m ³)	p98+ (µg/m ³)	Valores Limite para a Protecção da Saúde Humana	
		Hor.	Diário	Hor.	Diário				n°casos >50µg/m ³ ** (Mín=35cas.)	Média Anual* (VL=40 µg/m ³)
Aglomeração de Coimbra	Coimbra/ Inst. Geofísico	100	100	164	79	20	17	57	1	20
	Coimbra/ Av. F. Magalhães	100	100	126	85	24	21	61	8	24
Aglomeração de Aveiro/Ilhavo	Aveiro/ Escola Sec. J. Estêvão	100	99	191	99	32	28	85	35	32
	Ilhavo/ Escola EB2,3	90	89	140	86	24	20	74	17	24
Zona Centro Interior	Vouzela/ Forno Monte	97	97	337	200	14	9	57	7	14
	Fundão/ Salgueiro	100	100	100	53	11	9	35	1	11
Zona Centro Litoral	Leiria/ Ervedeira	92	92	98	63	20	18	50	2	20
	Montemor-o-Velho	88	88	102	71	19	16	55	4	19
Zona Litoral Noroeste do Baixo Vouga	Estarreja/ Teixugueira	96	95	166	91	26	21	90	27	26

* Médias horárias
** Médias diárias

